Arbitragem

N.º Processo: ARB/34/2026

Conflito: artigo 538.º do Código do Trabalho – Arbitragem Obrigatória para determinação de serviços mínimos

Assunto: **PROC. N.º ARB/34/2026 | GREVE CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E | SMAQ - SINDICATO NACIONAL DOS MAQUINISTAS DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES | GREVE ENTRE AS 00:00 DO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2026 E AS 24H00 DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2026 | PEDIDO DE ARBITRAGEM PARA DETERMINAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS.**

ACÓRDÃO

I – ANTECEDENTES E FACTOS

1. A presente arbitragem resulta, por via de comunicação de 17/11/2026, dirigida pela Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) à Secretária-Geral do Conselho Económico Social (CES) e recebida no mesmo dia, de aviso prévio subscrito pelo SMAQ - Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses, para os trabalhadores seus representados na CP – Comboios de Portugal, E.P.E, estando a execução da greve prevista nos seguintes termos:

Greve entre as 00:00 do dia 23 de novembro de 2026 e as 24H00 do dia 27 de novembro de 2026, nos termos definidos no respetivo aviso prévio, a seguir discriminado:

1 .1 — Entre as OOHOO do dia 24 de novembro de 2026 e as 24HOO do dia 25 de novembro de 2026, os trabalhadores das categorias representadas peto SMAQ encontram-se em greve à prestação de todo e qualquer trabalho.

1.2 — Os trabalhadores das categorias representadas pelo SMAQ que iniciem serviço a 23 de novembro de 2026 e tenham previsto um período normal de trabalho que ultrapasse as OOHOO do dia 24 de novembro de 2026 encontram-se em greve desde a hora prevista de início do seu período normal de trabalho até ao seu termo.

1 .3 — Os trabalhadores das categorias representadas pelo SMAQ que a 23 de novembro de 2026 tenham previsto um período normal de trabalho com retirada fora da sede encontram- se em greve desde a hora prevista de início do seu período normal de trabalho até ao seu termo.

1.4 — Os trabalhadores das categorias representadas pelo SMAQ que a 25 de novembro de 2026 tenham previsto um período normal de trabalho que ultrapasse as OOHOO do dia 26 de novembro de 2026 encontram-se em greve desde a hora prevista de início do Seu período normal de trabalho até ao seu termo.

1.5 — Os trabalhadores que tenham previsto na sua escala de serviço, no dia 25 de novembro de 2026, um período normal de trabalho com retirada e repouso fora da sede e, no dia 26 de novembro de 2026, o reinício da prestação de trabalho fora da sede, encontram-se em greve durante todo o período normal de trabalho previsto para esse dia, desde a hora do seu início até ao respetivo termo.

1.6 — Os trabalhadores das categorias representadas pelo SMAQ encontram-se em greve à prestação de todo e qualquer trabalho em dia de descanso semanal, entre as OOHOO do dia 23 de novembro de 2026 e as 24HOO do dia 27 de novembro de 2026.

1.7 —Nos casos previstos supra em 1 .1, 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, após a prestação de serviço na sede elou após um período de greve na sede, sempre que o reinício da prestação de trabalho ocorrer fora da sede elou na sede, o trabalhador estará em greve a partir desse momento, pelo período de tempo necessário a que a retoma do seu período normal de trabalho diário se verifique de novo na sede, no início de nova jornada de trabalho, atenta a sua escala de serviço, quando a Entidade Patronal ná0 assegure, por escrito e em condições de segurança e dignidade para os trabalhadores, no cumprimento do disposto na Lei, e Sem quaisquer ónus ou encargos para estes, as condições necessárias para a retoma ou reinício da prestação de trabalho previstas na respetiva escala de serviço, fora da sede elou na sede.

1.8—Nos casos previstos supra em 1.1, 1.2, 1.3, 1.4e 1.5, após a prestação de serviço fora da sede elou após um período de greve fora da sede, sempre que o reinício da prestação de trabalho ocorra na sede elou fora da sede, o trabalhador estará em greve a partir desse momento, pelo período de tempo necessário a que a retoma do seu normal de trabalho diário se verifique de novo na sede no início de nova jornada de trabalho, atenta a sua escala de serviço, quando a Entidade Patronal não assegure, por escrito e em condições de segurança e dignidade para os trabalhadores, no cumprimento do disposto na Lei, e sem quaisquer ónus ou encargos para estes, as condições necessárias para a retoma ou reinicio da prestação de trabalho previstas na respetiva escala de serviço, na sede elou fora da sede.

2. O aviso prévio apresenta como proposta de serviços mínimos: (a) a disponibilidade do SMAQ para acordar com a empresa, em caso de emergência, acidente ou incidente, a realização dos serviços considerados necessários à normalização da circulação; (b) a garantia da segurança das circulações e do material motor, em observância das condições técnicas e regulamentares vigentes.

3. Convocada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, nos termos do artigo 538.º, n.º 2, do Código do Trabalho, realizou-se em 17 de novembro de 2026, nas instalações da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), sita na Praça de Londres, n.º 2, em Lisboa, uma reunião entre representantes das partes com vista à negociação de um acordo sobre os serviços mínimos a assegurar durante a greve (Proc. SVM n.º 229/01).

4. Na referida reunião, a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. propôs a fixação de serviços mínimos correspondentes a 9% da oferta programada para o dia 23 de novembro, a 30% nos dias 24 e 25 de novembro e a 12% para o dia 26 de novembro, com identificação dos comboios concretos a assegurar em cada linha e tráfego. O SMAQ manteve a posição constante do aviso prévio, recusando a fixação de serviços de transporte comercial de passageiros para além das situações de emergência e de segurança.

5. O representante dos serviços do Ministério concluiu pela impossibilidade de acordo total e, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho, determinou a remessa do processo ao tribunal arbitral que funciona

junto do Conselho Económico e Social, atenta a integração da CP - Comboios de Portugal, E.P.E. no setor empresarial do Estado.

II – TRIBUNAL ABRBITRAL

5. O Tribunal Arbitral foi constituído nos termos do n.º 3 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de setembro, com a seguinte composição:

Árbitro presidente: Emílio Augusto Simão Ricon Peres

Árbitro dos trabalhadores: Rui Neves Metelo

Árbitro dos empregadores: Pedro Luís Pardal Goulão

6. O Tribunal reuniu-se nas instalações do CES, em Lisboa, no dia 19/11/2026, pelas 14:00, seguindo-se a audição dos representantes do sindicato e do empregador, cujas credenciais, após rubricadas, foram juntas aos autos.

Compareceram, em representação das respetivas entidades e pela ordem de audição:

Pelo **SMAQ - Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses**:

- António Barata Domingues
- António Luz

Pela **CP – Comboios de Portugal, E.P.E**

- Leonor Pestana Machado
- Joana Moreira da Silva de Oliveira e Castro

7. As partes foram deram e prestaram esclarecimentos ao Tribunal Arbitral

III – FUNDAMENTAÇÃO

8. O artigo 57.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa garante a todos os trabalhadores o direito à greve, competindo-lhes a definição do âmbito dos interesses a defender. Trata-se, porém, de um direito sujeito às restrições admitidas pela Constituição e pela lei, em especial no que respeita à satisfação de necessidades sociais impreteríveis. Os artigos 18.º, n.ºs 2 e 3, 24.º, 25.º e 64.º da Constituição tutelam direitos fundamentais que podem, em concreto, conflituar com o exercício do direito à greve, impondo uma ponderação segundo os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade.

9. O artigo 537.º, n.º 2, alínea h), do Código do Trabalho enquadra os transportes coletivos de passageiros entre as atividades suscetíveis de satisfazer necessidades sociais impreteríveis. A CP - Comboios de Portugal, E.P.E. é o operador de serviço público ferroviário de passageiros à escala nacional, assegurando serviços urbanos, suburbanos, interurbanos e de longo curso sem os quais uma parte significativa da população perderia o acesso regular ao trabalho, à educação e à saúde.

10. Nos termos do artigo 538.º, n.ºs 1 e 4, alínea b), do Código do Trabalho, não tendo sido possível o acordo entre as partes e sendo a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. uma empresa do setor empresarial do Estado, incumbe ao tribunal arbitral que funciona junto do Conselho Económico e Social fixar os serviços mínimos e os meios necessários para os assegurar.

B. Ponderação e critérios de determinação

11. A fixação de serviços mínimos não visa suprimir o exercício do direito à greve, mas garantir o núcleo essencial das necessidades coletivas que a paralisação poria em risco. Os serviços mínimos devem ser estritamente necessários e proporcionais ao objetivo de salvaguardar bens jurídicos protegidos pela Constituição, sem exceder o que seja adequado para esse fim.

12. O Tribunal considera relevantes os seguintes elementos de facto e de ponderação:

a) A greve cobre cinco dias consecutivos, com cessação total nos dias 24 e 25 de novembro e efeitos parciais nos dias 23 e 26, decorrentes das modalidades de início, prolongamento e repouso fora da sede, bem como da greve ao trabalho em dia de descanso semanal;

b) A paralisação total dos trabalhadores da carreira de tração nos dias 24 e 25 de novembro implica a supressão estimada de 100% da oferta programada, o que torna indispensável a fixação de serviços mínimos comerciais nesses dias;

c) Nos dias 23 e 26 de novembro, a paralisação é de natureza parcial, estimando-se supressões menores, pelo que embora persistam os serviços de segurança e manutenção, o impacto residual não justifica a fixação adicional de serviços mínimos;

d) O transporte ferroviário constitui, nas áreas metropolitanas de Lisboa, Porto e Coimbra, o meio de transporte de massas com maior capacidade, sendo para muitos cidadãos o único modo de acesso efetivo ao trabalho, à escola e aos serviços de saúde, sem alternativa rodoviária equivalente em frequência ou capacidade;

e) Nos serviços interurbanos de maior distância, a ausência de alternativas rodoviárias razoáveis torna indispensável a manutenção de ligações mínimas que assegurem a mobilidade básica das populações servidas;

f) A segurança da circulação ferroviária constitui, independentemente da fixação de quaisquer serviços mínimos, uma exigência irrenunciável de que depende a proteção da vida humana e da integridade física, pelo que os trabalhadores indispensáveis à vigilância e manutenção da infraestrutura e do material circulante devem ser designados em qualquer caso.

13. Ponderando o conjunto destes elementos, o Tribunal entende adequada a fixação de serviços mínimos para os dias 24 e 25 de novembro de 2026, com prioridade para os serviços urbanos e suburbanos nas horas de maior procura e para as ligações interurbanas sem alternativa rodoviária razoável, traduzindo uma ponderação equilibrada que preserva a eficácia da greve sem abandonar os utilizadores cativos do sistema ferroviário, nos termos constantes das tabelas anexas.

IV – DECISÃO

14. O Tribunal Arbitral, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 538.º do Código do Trabalho, delibera por maioria, fixar os seguintes serviços mínimos e meios necessários para os assegurar na greve a realizar na CP - Comboios de Portugal, E.P.E., pelo SMAQ - Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses, entre as 00h00 do dia 23 de novembro de 2026 e as 24h00 do dia 27 de novembro de 2026:

I - Segurança, manutenção e emergência (aplicável a todo o período de greve

a) Ficam assegurados os serviços necessários à segurança das circulações, do material motor e dos equipamentos de via, nomeadamente os serviços de regulação, sinalização e comunicações ferroviárias indispensáveis à circulação segura dos comboios em serviço mínimo ou de socorro;

b) Ficam assegurados os serviços de manutenção preventiva e corretiva indispensáveis à segurança operacional do material circulante e das instalações ferroviárias, incluindo as inspeções técnicas e os trabalhos cuja omissão possa comprometer a segurança;

c) Ficam assegurados os serviços de socorro e intervenção em situações de acidente, incidente ou emergência que envolva a segurança de pessoas e bens, incluindo o auxílio a comboios imobilizados e a evacuação de passageiros;

d) Ficam assegurados os serviços necessários ao fecho da rotação do material motor e às manobras indispensáveis à operação dos comboios em serviço mínimo, sem os quais a realização desses comboios seria impossível.

II - Serviços de transporte (nos dias 24 e 25 de novembro de 2026)

e) Nos dias 24 e 25 de novembro de 2026, deverão ser assegurados serviços de transporte comercial de passageiros, sendo os serviços mínimos de circulação os identificados nas listagens elaboradas em anexo ao presente acórdão e dele fazendo parte integrante, com observância das seguintes prioridades:

(i) Nos serviços urbanos e suburbanos da região de Lisboa (linhas de Sintra, Cascais, Azambuja e Sado), da região do Porto (linha Aveiro/Ovar - Porto Campanhã - Leça do Balio) e de Coimbra (linha Coimbra B - Figueira da Foz), com prioridade para os comboios das horas de ponta da manhã e da tarde;

(ii) Nos serviços interurbanos e de longo curso, com prioridade para as primeiras e as últimas ligações do dia em cada sentido, privilegiando as que sirvam localidades sem alternativa rodoviária razoável.

f) Para os dias 23 e 26 de novembro de 2026, dada a natureza parcial da paralisação nesses dias e o impacto estimado de supressão de oferta significativamente inferior, não se fixa serviço mínimo adicional ao resultante da aplicação das alíneas a) a d).

III - Meios humanos necessários

g) Para cumprimento do presente acórdão, a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. designará, com antecedência mínima de 24 horas relativamente ao início de cada período de greve, os trabalhadores das categorias abrangidas pelo aviso prévio que ficam obrigados à prestação dos serviços mínimos fixados, em número estritamente necessário à realização dos comboios identificados nas listagens referidas na alínea e) e à execução dos serviços referidos nas alíneas a) a d);

h) A designação dos trabalhadores para os serviços mínimos não poderá exceder o número estritamente indispensável para assegurar os serviços determinados no presente acórdão, devendo a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. notificar individualmente os trabalhadores designados com a antecedência referida na alínea anterior.

IV - Disposições finais

i) O presente acórdão é comunicado imediatamente ao SMAQ - Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro Portugueses, à CP - Comboios de Portugal, E.P.E. e ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;

j) O presente acórdão produz efeitos a partir da data da sua comunicação às partes;

k) O presente acórdão é publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, nos termos legais.

Lisboa, 19/11/2026

Árbitro Presidente

Emílio Augusto Simão Ricon Peres

Árbitro de Parte Trabalhadora

Rui Neves Metelo

Árbitro de Parte Empregadora

Pedro Luís Pardal Goulão

LONGO CURSO

Número Comboio 1	Número Comboio 2	24-nov	25-nov
121	0	SM	
126	0	SM	
134	0	SM	
135	0	SM	
180	181	SM	SM
182	183	SM	SM
184	185	SM	SM
186	187	SM	SM
520	0		SM
523	0	SM	SM
528	0	SM	SM
529	0	SM	SM
572	573	SM	SM
596	597	SM	SM
620	0	SM	SM
621	0	SM	SM
674	675	SM	SM
692	693	SM	SM
720	0		SM
723	0	SM	SM
730	0		SM
731	0	SM	SM

REGIONAL

Número Comboio 1	24-nov	25-nov
481	SM	SM
482	SM	SM
801	SM	SM
804	SM	SM
830	SM	SM
831	SM	SM
850	SM	SM
851	SM	SM
857	SM	SM
891	SM	SM
892	SM	SM
897	SM	SM
898	SM	SM
932	SM	SM
990	SM	SM
991	SM	SM
996	SM	SM
997	SM	SM
3000	SM	SM
3102	SM	SM
3105	SM	SM
3202	SM	SM
3301	SM	SM
3309	SM	SM
4402	SM	SM
4403	SM	SM
4406	SM	SM
4407	SM	SM
4427	SM	SM
4428	SM	SM
4429	SM	SM
4431	SM	SM
4434	SM	SM
4437	SM	SM
4440	SM	SM
4501	SM	SM
4504	SM	SM
4505	SM	SM
4514	SM	
4518	SM	SM
4519	SM	SM
4523	SM	SM
4605	SM	SM
4627	SM	SM
4631	SM	SM
4652	SM	SM
4678	SM	SM
4682	SM	SM
5100	SM	
5102		SM
5104	SM	SM
5105	SM	SM
5117	SM	SM
5120	SM	SM
5200	SM	SM
5201	SM	SM

REGIONAL

Número Comboio 1	24-nov	25-nov
5212	SM	SM
5213	SM	SM
5400	SM	SM
5405	SM	SM
5600		SM
5601	SM	SM
5621	SM	SM
5624	SM	SM
5708	SM	SM
5713	SM	SM
5715	SM	SM
5801	SM	SM
5900	SM	SM
5901	SM	SM
5902	SM	SM
5903	SM	SM
21810	SM	SM
21811	SM	SM

URBANOS LISBOA

Número Comboio 1	Número Comboio 2	24-nov	25-nov
16001	0	SM	SM
16005	0	SM	SM
16006	0	SM	SM
16009	0	SM	SM
16010	0	SM	SM
16014	0	SM	SM
16029	0	SM	SM
16033	0	SM	SM
16034	0	SM	SM
16037	0	SM	SM
16038	0	SM	SM
16042	0	SM	SM
16402	16403	SM	SM
16404	16405	SM	SM
16406	16407	SM	SM
16408	16409	SM	SM
16444	16445	SM	SM
16448	16449	SM	SM
16450	16451	SM	SM
16452	16453	SM	SM
16454	16455	SM	SM
16506	16507	SM	SM
16508	16509	SM	SM
16510	16511	SM	SM
16512	16513	SM	SM
16548	16549	SM	SM
16552	16553	SM	SM
16554	16555	SM	SM
16556	16557	SM	SM
16558	16559	SM	SM
17100	0	SM	SM
17101	0	SM	SM
17201	0	SM	SM
17203	0	SM	SM
17204	0	SM	SM
17206	0	SM	SM
17207	0	SM	SM
17209	0	SM	SM
17210	0	SM	SM
17212	0	SM	SM
17213	0	SM	SM
17216	0	SM	SM
17243	0	SM	SM
17246	0	SM	SM
17249	0	SM	SM
17251	0	SM	SM
17252	0	SM	SM
17254	0	SM	SM
17255	0	SM	SM
17257	0	SM	SM
17258	0	SM	SM
17260	0	SM	SM
18000	18001	SM	SM
18010	18011	SM	SM
18022	18023	SM	SM
18054	18055	SM	SM

URBANOS LISBOA

Número Comboio 1	Número Comboio 2	24-nov	25-nov
18066	18067	**SM**	**SM**
18076	18077	**SM**	**SM**
18212	18213	**SM**	**SM**
18216	18217	**SM**	**SM**
18220	18221	**SM**	**SM**
18228	18229	**SM**	**SM**
18232	18233	**SM**	**SM**
18236	18237	**SM**	**SM**
18290	18291	**SM**	**SM**
18298	18299	**SM**	**SM**
18300	18301	**SM**	**SM**
18306	18307	**SM**	**SM**
18314	18315	**SM**	**SM**
18316	18317	**SM**	**SM**
18322	18323	**SM**	**SM**
18326	18327	**SM**	**SM**
18404	18405	**SM**	**SM**
18406	18407	**SM**	**SM**
18408	18409	**SM**	**SM**
18416	18417	**SM**	**SM**
18420	18421	**SM**	**SM**
18424	18425	**SM**	**SM**
18432	18433	**SM**	**SM**
18440	18441	**SM**	**SM**
18490	18491	**SM**	**SM**
18496	18497	**SM**	**SM**
18504	18505	**SM**	**SM**
18506	18507	**SM**	**SM**
18512	18513	**SM**	**SM**
18520	18521	**SM**	**SM**
18656	0	**SM**	**SM**
18657	0	**SM**	**SM**
18662	0	**SM**	**SM**
18663	0	**SM**	**SM**
18682	0	**SM**	**SM**
18688	0	**SM**	**SM**
18697	0	**SM**	**SM**
18700	0	**SM**	**SM**
18703	0	**SM**	**SM**
18715	0	**SM**	**SM**
18804	0	**SM**	**SM**
18807	0	**SM**	**SM**
18808	0	**SM**	**SM**
18811	0	**SM**	**SM**
18814	0	**SM**	**SM**
18817	0	**SM**	**SM**
18820	0	**SM**	**SM**
18823	0	**SM**	**SM**
18826	0	**SM**	**SM**
18829	0	**SM**	**SM**
18857	0	**SM**	**SM**
18863	0	**SM**	**SM**
18868	0	**SM**	**SM**
18869	0	**SM**	**SM**
18874	0	**SM**	**SM**
18875	0	**SM**	**SM**

URBANOS LISBOA

Número Comboio 1	Número Comboio 2	24-nov	25-nov
18880	0	**SM**	**SM**
18886	0	**SM**	**SM**
18892	0	**SM**	**SM**
18897	0	**SM**	**SM**
19009	0	**SM**	**SM**
19010	0	**SM**	**SM**
19012	0	**SM**	**SM**
19013	0	**SM**	**SM**
19071	0	**SM**	**SM**
19096	0	**SM**	**SM**
19201	0	**SM**	**SM**
19203	0	**SM**	**SM**
19204	0	**SM**	**SM**
19208	0	**SM**	**SM**
19210	0	**SM**	**SM**
19211	0	**SM**	**SM**
19215	0	**SM**	**SM**
19218	0	**SM**	**SM**
19222	0	**SM**	**SM**
19225	0	**SM**	**SM**
19230	0	**SM**	**SM**
19232	0	**SM**	**SM**
19235	0	**SM**	**SM**
19237	0	**SM**	**SM**
19239	0	**SM**	**SM**
19242	0	**SM**	**SM**
19244	0	**SM**	**SM**
19246	0	**SM**	**SM**
19247	0	**SM**	**SM**
19249	0	**SM**	**SM**
19501	0	**SM**	**SM**
19504	0	**SM**	**SM**
19505	0	**SM**	**SM**
19508	0	**SM**	**SM**
19511	0	**SM**	**SM**
19514	0	**SM**	**SM**
19515	0	**SM**	**SM**
19517	0	**SM**	**SM**
19518	0	**SM**	**SM**
19520	0	**SM**	**SM**
19527	0	**SM**	**SM**
19529	0	**SM**	**SM**
19530	0	**SM**	**SM**
19532	0	**SM**	**SM**
19537	0	**SM**	**SM**
19539	0	**SM**	**SM**
19540	0	**SM**	**SM**
19542	0	**SM**	**SM**

URBANOS PORTO

Número Comboio 1	Número Comboio 2	24-nov	25-nov	NOTAS
15153	0	**SM**	**SM**	
15154	0	**SM**	**SM**	
15156	0	**SM**	**SM**	
15160	0	**SM**	**SM**	
15169	0	**SM**	**SM**	
15171	0	**SM**	**SM**	
15175	0	**SM**	**SM**	
15178	0	**SM**	**SM**	
15202	0	**SM**	**SM**	
15203	0	**SM**	**SM**	
15206	0	**SM**	**SM**	
15208	0	**SM**	**SM**	
15209	0	**SM**	**SM**	
15212	0	**SM**	**SM**	
15233	0	**SM**	**SM**	
15237	0	**SM**	**SM**	
15239	0	**SM**	**SM**	
15240	0	**SM**	**SM**	
15241	0	**SM**	**SM**	
15244	0	**SM**	**SM**	
15245	0	**SM**	**SM**	
15246	0	**SM**	**SM**	
15400	0	**SM**	**SM**	
15401	0	**SM**	**SM**	
15402	0	**SM**	**SM**	
15406	0	**SM**	**SM**	
15423	0	**SM**	**SM**	
15433	0	**SM**	**SM**	
15502	0	**SM**	**SM**	
15503	0	**SM**	**SM**	
15505	0	**SM**	**SM**	
15506	0	**SM**	**SM**	
15508	0	**SM**	**SM**	
15510	0	**SM**	**SM**	
15514	0	**SM**	**SM**	
15535	0	**SM**	**SM**	
15539	0	**SM**	**SM**	
15543	0	**SM**	**SM**	
15544	0	**SM**	**SM**	
15545	0	**SM**	**SM**	
15546	0	**SM**	**SM**	
15609	0	**SM**	**SM**	
15613	15612	**SM**	**SM**	
15617	15616	**SM**	**SM**	
15637	15636	**SM**	**SM**	
15641	15640	**SM**	**SM**	
15645	15644	**SM**	**SM**	
15649	15648	**SM**	**SM**	
15703	15702	**SM**	**SM**	
15707	15706	**SM**	**SM**	
15711	15710	**SM**	**SM**	
15715	15714	**SM**	**SM**	
15719	15718	**SM**	**SM**	
15739	15738	**SM**	**SM**	
15743	15742	**SM**	**SM**	
15747	15746	**SM**	**SM**	

URBANOS PORTO

Número Comboio 1	Número Comboio 2	24-nov	25-nov	NOTAS
15750	0	**SM**	**SM**	
15755	15754	**SM**	**SM**	
15851	15850	**SM**	**SM**	
15855	15854	**SM**	**SM**	
15901	0	**SM**	**SM**	SM apenas entre Aveiro-Porto Campanhã
15902	0	**SM**	**SM**	
15905	0	**SM**	**SM**	
15906	0	**SM**	**SM**	
15909	0	**SM**	**SM**	
15910	0	**SM**	**SM**	
15913	0	**SM**	**SM**	
15917	0	**SM**	**SM**	SM apenas entre Ovar-Porto Campanhã
15938	0	**SM**	**SM**	SM apenas entre Porto Campanhã-Ovar
15950	0	**SM**	**SM**	
15953	0	**SM**	**SM**	

URBANOS COIMBRA

Número Comboio 1	24-nov	25-nov
16801	**SM**	**SM**
16805	**SM**	**SM**
16806	**SM**	**SM**
16807	**SM**	**SM**
16824	**SM**	**SM**
16827	**SM**	**SM**
16828	**SM**	**SM**
16831	**SM**	**SM**

DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO DE ÁRBITRO DE PARTE TRABALHADORA

O direito à greve, previsto no artigo 57º da CRP integra o conjunto dos direitos liberdades e garantias dos trabalhadores, sendo-lhe aplicável o regime do artigo 18º, por força do artigo 17º, ambos da CRP.

O n.º 2 do artigo 18º da CRP faz depender a limitação ou restrição de direitos, liberdades e garantias ao mínimo essencial para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

No processo em causa, ainda que se pudesse considerar existir uma potencial colisão do direito à greve com o direito de deslocação e de educação, não se afigura necessária a definição de serviços mínimos para a presente greve.

De facto, para justificar uma restrição licita ao direito de greve, não bastará que ele provoque incómodo, perturbação ou restrições de outros direitos, sendo sempre necessário que seja causado um dano irreparável no exercício de tais direitos.

Ora, tendo em conta a greve em apreço, tal não se verifica.

Esta greve, apesar de delimitada ao período compreendido entre 23 e 27 de Novembro de 2026, tem, atento o âmbito dos dias 23, 26 e 27 de Novembro, curta duração, basicamente 2 dias (24 e 25), existindo condições para que os cidadãos possam exercer o seu direito de deslocação sem necessidade de sacrifício do direito fundamental dos trabalhadores à greve.

A definição de serviços mínimos a cumprir durante uma greve, quando necessário acautelar a satisfação de necessidades sociais impreteríveis, deve sempre respeitar os princípios da necessidade, da adequação e da proporcionalidade, conforme dita o artigo 538º n.º 5 do Código do Trabalho.

Assim, voto vencido, relativamente ao ponto II e inerentemente ao ponto III do presente Acórdão, por entender que não se verifica a exigibilidade de definição de serviços mínimos na greve em discussão, uma vez que não existem outros direitos dos cidadãos em risco de sofrer dano irreparável.

Recordando-se aqui que não bastará a existência de incómodos, perturbações ou restrições no exercício desses outros direitos, consequências estas inerentes ao próprio conceito de greve.

Em momento algum, no âmbito do presente processo, a CP apresentou as necessidades sociais impreteríveis que pretende acautelar com os serviços mínimos que propôs e que, em parte, são no presente Acórdão confirmados.

Apesar dos inevitáveis transtornos e inconvenientes que resultarão para a empresa e seus utentes da greve em causa no presente processo, não se justifica, também quanto aos dias 24 e 25 de Novembro de 2026, a imposição dos serviços mínimos indicados na presente decisão.

Acresce que a definição dos serviços mínimos definidos no ponto II do Acórdão poderá criar sérios problemas de segurança aos utentes que pretendam ser transportados e se desloquem às estações para esse efeito, realidade essa que, infelizmente, foi já confirmada em anterior greve em que foram decretados serviços mínimos correspondentes a 25% da oferta de serviço normal.

Situação esta agravada pelo facto de a CP não ter delineado qualquer plano de prevenção para acautelar eventuais problemas de segurança que possam vir a suceder.

Mais, os serviços mínimos a prestar na CP, identificados em anexo ao presente acórdão, não garantem a satisfação das situações mais atendíveis, tendo esta forma

de decidir sido, inclusive, já apreciada em Acórdão da Relação de Lisboa, de 24.02.2010.

A que acresce o facto de existirem, como é sabido, meios alternativos de transporte que poderão sempre assegurar o direito de deslocação e de educação dos cidadãos.

Por último, o presente Acórdão contraria muita da jurisprudência deste Tribunal no que respeita à fixação de serviços mínimos relativamente à CP.

Perante o supra exposto, considero que não deveriam ter sido fixados serviços mínimos, pelo que voto vencido.

(Rui Metelo)